



CONTRATO Nº 029/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TRANSPORTE ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA/SE, E, DO OUTRO, A EMPRESA RC TRANSPORTES, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022.

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA/SE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 13.100.308/0001-75, com sede na Avenida Abdon José Barreto, nº 1223 – Bairro Centro, nesta cidade de Nossa Senhora Aparecida/SE – CEP 49.540-000, doravante denominada **CONTRATANTE** neste ato representado por sua Prefeita, a Sr.^a **JEANE DE JESUS BARRETO**, brasileira, portadora do RG nº 112.0503 – SSP/SE e do CPF nº 588.198.515-04, residente e domiciliada na Avenida Abdon Jose Barreto, Nº 912, bairro centro, Nossa senhora Aparecida estado de Sergipe, CEP: 49.540-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **RC TRANSPORTES, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, localizada à rua Ayrtton Senna da Silva, 25, Centro, na cidade de Canindé de São Francisco, estado Sergipe, CEP 49.820-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.718.522/0001-82, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante, o Sr. José Wesley Kássio Ramos de Carvalho, CPF nº. 042.853.935-14, têm justo e acordado entre si o presente Contrato da prestação de serviços, de acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de locação de veículos para Transporte Escolar Gratuito de Alunos Matriculados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental e Educação Infantil, Residentes na Zona Rural e Urbana do Município de Nossa Senhora Aparecida, que integrará o Sistema de Registro de Preços, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência parte integrante do edital.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços, objeto deste contrato terá a sua execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.2. Pela perfeita e fiel execução do objeto deste Contrato, o **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA**, o valor mensal de **R\$ 50.486,04** (cinquenta mil quatrocentos e oitenta e seis reais e quatro centavos), totalizando o valor global de R\$ **605.832,48** (seiscentos e



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



cinco mil oitocentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos), conforme tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD E	QTDE KM/	DIAS LETIVOS/ MÊS aproximado	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Veículo tipo ônibus, com motorista e sem monitor, capacidade mínima de 46(quarenta e seis) passageiros sentados, para uso urbano e/ou rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, com no máximo 10(dez) anos de uso, em bom estado de conservação, com os equipamentos de segurança conforme o CTB, quilômetros diários, sob regime de quilometragem, com combustível por conta da contratada. Os veículos poderão ser utilizados para traslado urbanos e/ou rurais, interurbanos ou intermunicipais, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. PERÍODO: MATUTINO - Saindo do povoado Jitaí, passando pelos povoados Lagoa de Dentro, Tabuleiro, retornando pelos povoados Lagoa de Dentro, Flores, Itacoatiara, Lagoa das Malhada, Santa Rita com destino as escolas da sede do município. Saindo do povoado Jitaí, passando pela Lagoa de Dentro, com destino a escola do povoado Itacoatiara	UND	1	74	22	R\$9.849,40	R\$ 118.192,80
2	Veículo tipo ônibus, com motorista e sem monitor, capacidade mínima de 46(quarenta e seis) passageiros sentados, para uso urbano e/ou rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, com no máximo 10(dez) anos de uso, em bom estado de conservação, com os equipamentos de segurança conforme o CTB, quilômetros diários, sob regime de quilometragem, com combustível por conta da contratada. Os veículos poderão ser utilizados para traslado urbanos e/ou rurais, interurbanos ou intermunicipais, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. PERÍODO: MATUTINO - Saindo do povoado Tabuleiro, passando pelos povoados Jitaí, Lagoa de Dentro, Flores, Itacoatiara, Lagoa das Malhada, Santa Rita, Conceição, até as escolas da sede do município	UND	1	64	22	R\$ 9.546,24	R\$ 114.554,88
3	Veículo tipo micro-ônibus, com motorista, capacidade mínima de 32 (trinta e dois) passageiros sentados, para uso urbano e/o curural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e	UND	1	34	22	R\$ 5.879,28	R\$ 70.551,36



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



	vicinais, com no máximo 10 (dez) anos de uso, em bom estado de conservação, com os equipamentos de segurança conforme o CTB, quilômetros diários, sob regime de quilometragem, com combustível por conta da contratada. Os veículos poderão ser utilizados para traslado urbanos e/ou rurais, interurbanos ou intermunicipais, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. PERÍODO: NOTURNO - Saindo do povoado Arari, passando pelos povoados Cruz das Graças, Boqueirão, Esperança, com destino as escolas da sede do município. Saindo do povoado Arari, passando pelos povoados Cruz das Graças, Boqueirão, Esperança, com destino as escolas da sede do município						
4	Veículo tipo Van, com motorista, capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros sentados, para uso urbano e/ou rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, com no máximo 10 (dez) anos de uso, em bom estado de conservação, com os equipamentos de segurança conforme o CTB, quilômetros diários, sob regime de quilometragem, com combustível por conta da contratada. Os veículos poderão ser utilizados para traslado urbanos e/ou rurais, interurbanos ou intermunicipais, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. PERÍODO: NOTURNO - Saindo da casa de Roseira, passando pelos povoados Malhador, Malhada dos Bois, Lagoa do veado, Algodão, retornando para as escolas da sede do município.	UND	1	56	22	R\$ 7.983,36	R\$ 95.800,32
5	Veículo tipo micro-ônibus, com motorista, capacidade mínima de 32 (trinta e dois) passageiros sentados, para uso urbano e/ou rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, com no máximo 10 (dez) anos de uso, em bom estado de conservação, com os equipamentos de segurança conforme o CTB, quilômetros diários, sob regime de quilometragem, com combustível por conta da contratada. Os veículos poderão ser utilizados para traslado urbanos e/ou rurais, interurbanos ou intermunicipais, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, interurbanos ou intermunicipais, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. PERÍODO: VESPERTINO - Saindo do povoado Saco Alegre, passando pelos povoados Pedra Nova, Pedra Velha, Arari,	UND	1	47	22	R\$ 7.672,28	R\$ 92.067,36



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



	com destino a escola do Povoado Cruz das Graças.						
6	Veículo tipo Van, com motorista, ar-condicionado, capacidade mínima de 15(quinze) passageiros sentados, para uso urbano e/ou rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, com no máximo 10(dez) anos de uso, em bom estado de conservação, com os equipamentos de segurança conforme o CTB, quilômetros diários, sob regime de quilometragem, com combustível por conta da contratada. Os veículos poderão ser utilizados para traslado urbanos e/ou rurais, interurbanos ou intermunicipais, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. PERÍODO: MATUTINO Saindo do povoado Pau Ferro, passando pela casa de Zé Mendonça, povoado Boqueirão, com destino a escola de Cruz das Graças. Saindo do povoado Pau Ferro, passando pela casa de Zé Mendonça, povoado Boqueirão, com destino a escola de Cruz das Graças	UND	1	42	22	R\$ 6.375,6	R\$ 76,507,2
7	Veículo tipo Van, com motorista, ar-condicionado, capacidade mínima de 15(quinze) passageiros sentados, para uso urbano e/ou rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais, com no máximo 10(dez) anos de uso, em bom estado de conservação, com os equipamentos de segurança conforme o CTB, quilômetros diários, sob regime de quilometragem, com combustível por conta da contratada. Os veículos poderão ser utilizados para traslado urbanos e/ou rurais, interurbanos ou intermunicipais, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. PERÍODO: MATUTINO Saindo do povoado Pau Ferro, passando pela casa de Zé Mendonça, povoado Boqueirão, com destino a escola de Cruz das Graças. Saindo do povoado Jitaí, passando pela Lagoa de Dentro, com destino a escola do povoado Itacoatiara	UND	1	18	22	R\$ 3.179,88	R\$ 38.158,56
VALOR GLOBAL							R\$ 605.832,48

14.3. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, relatório detalhado dos serviços prestados, contendo: datas, períodos, diárias realizadas, realidades atendidas e demais informações que se fizerem necessárias.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- 14.4. O Fiscal do Contrato, a Coordenação de Transporte, analisará os relatórios para constatação da efetividade do serviço prestado, autorizando a emissão do respectivo documento fiscal ou determinado sua correção, se for o caso.
- 14.5. Será considerado 01(um) roteiro para pagamento, quando da utilização de um período regular do veículo a serviço do CONTRATANTE, quais sejam: manhã, tarde ou noite.
- 14.6. Será considerada a quilometragem, para pagamento, ou seja, quando o transporte dos alunos ocorrer em apenas 01(um) turno.
- 14.7. O pagamento será consolidado mensalmente após a liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30(trinta) dias, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, emitida por localidade, entregue ao protocolo central da SEMED, sendo atestada pelo Fiscal do Contrato, indicados pelo Secretário Municipal de Educação, desde que estejam devidamente munidas dos relatórios de prestação de serviço.
- 14.8. As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente instruídas, discriminando os serviços executados, devendo ser atestadas pelo fiscal do contrato, em conjunto com a Coordenação de Transporte, num prazo máximo de 10 dias, que encaminhará as mesmas à Secretaria Municipal de Finanças que terá o prazo máximo de 20 dias para efetuar o pagamento.
- 14.9. Fornecer à CONTRATANTE, sempre que solicitado, os originais ou cópias devidamente autenticadas dos seguintes documentos em mídia:
- a) Cópias da Folha de Pagamento de cada trabalhador que esteja prestando ou que tenha prestado serviços nas unidades da Secretaria Municipal de Educação, assinados pelos mesmos;
 - b) Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS individualizada aos trabalhadores prestando ou que tenha prestado serviços nas unidades da Secretaria Municipal de Educação;
 - c) Cópia dos recibos de vales-transportes e alimentação de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços nas unidades da Secretaria Municipal de Educação, em caso da contratada fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar cópias dos respectivos comprovantes de créditos disponíveis nos cartões dos referidos funcionários;
 - d) Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços nas unidades da Secretaria Municipal de Educação;
 - e) Cópia do pagamento de férias ou verbas rescisórias de todos os empregados prestando ou que tiverem prestado serviço nas unidades da Secretaria Municipal de Educação;
 - f) Certidões negativas de débitos atualizadas perante as Fazendas Estadual e Municipal, junto ao INSS, FGTS, assim como a Certidão Conjunta da Receita Federal do Brasil e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - g) Cópias da GFIP e seu comprovante de recolhimento;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- h) Cópia da SEFIP, que deve constar o nome de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviço nas unidades da Secretaria Municipal de Educação;
 - i) Cópia da GPS e seu comprovante de pagamento.
- 14.10. Nenhum pagamento será efetivado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 14.11. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 14.12. O pagamento será efetuado de forma centralizada pela Secretaria Municipal de Educação.
- 14.13. Garante-se a CONTRATADA o direito de reajuste mediante IPCA- Índice de Preços ao Consumidor a ser efetivado mediante Apostilamento;
- 14.14. Cabe ao Município de Nossa Senhora Aparecida, promover a retenção do ISSQN nos casos previstos na legislação do município competente para arrecadação do tributo.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 14.14.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 14.14.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 14.14.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 14.14.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 14.14.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 14.14.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
e
- 14.14.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 14.14.8. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

14.15. A entrega do(s) veículo(s) licitado(s) deverá ser realizada pelo fornecedor, devendo ser atendida em um prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos da solicitação, em local especificado pela Secretaria requisitante quando da solicitação, devendo obedecer rigorosamente às quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de serviços.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- 14.16. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer débito referente à eventual irregularidade, inadimplência ou penalidade.
- 14.17. Os preços dos materiais permanecerão irreatáveis durante a vigência do registro de preços; se durante o período contratual ocorrer aumento de preços nos objetos a serem contratados, em conformidade com a legislação pertinente, os mesmos serão readequados, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo a comprovação ser feita pela apresentação ao CONTRATANTE, por parte da CONTRATADA, da razão que autorizou o referido aumento; a CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens, ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes; e ainda os preços registrados poderão ser revistos em caso de desequilíbrio econômico-financeiro dos mesmos, que elevem os custos dos bens registrados, ou em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado.
- 14.18. O objeto desta licitação poderá ser acrescido ou subtraído, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, mantidas as demais condições iniciais, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar essa condição, quando formalmente proposta pelo Município.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do 2021, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

Órgão	Unidade Orçamentária	Ação ou Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA - SE	20200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	12.361.0005.2009 - MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANPORTE ESCOLAR - PNATE	33.90.39.00 – OUTROS SERV.TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	15001001/ 15530000/15700000

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

7.1. Consistem em obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

7.1.1. Em cumprimento às suas obrigações cabe à CONTRATADA, além daqueles estabelecidos em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações:

- a) Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à SEMED ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- c) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.
- d) Não realizar subcontratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- e) Designar preposto para atender aos chamados e exigências do CONTRATANTE.
- f) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vieram a substituí-los, alterá-los ou complementá-los.
- g) Disponibilizar os veículos nos locais e horários fixados pela CONTRATANTE, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido.
- h) Apresentar ao Fiscal do Contrato quadro nominativo de todo contingente de empregados destinados a prestar os serviços contratados, acompanhados de cópias da Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação e CPF, bem como endereço, nº de telefone, devendo ser atualizados em casos de substituições, dando-se igualmente prévio conhecimento das alterações porventura advindas.
- i) Exigir de seus empregados que se mantenham uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, sem qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- j) Fornecer aos empregados vale alimentação/refeição, vale transporte e/ou qualquer outro benefício, considerando o disposto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e na Convenção Coletiva de Trabalho, da categoria.
- k) Fazer com que seus empregados cumpram, rigorosamente, todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços.
- l) Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência.
- m) Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela Secretaria Municipal de Educação.
- n) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- o) Disponibilizar dentro do prazo de 5(cinco) dias, a contar da solicitação, veículos com adaptação para cadeirantes, quando houver necessidade.
- p) Comunicar à CONTRATANTE, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços;
- q) Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.
- r) Obedecer na execução e desenvolvimento de seu trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além de outra legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos da CONTRATANTE, de técnica vigente e as normas e procedimentos internos da CONTRATANTE, de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente de trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade, apresentando: cópias dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e de Prevenção de Riscos Ambientais(PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras nºs 07 e 09, respectivamente, da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, conforme determina a Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e instalando e mantendo os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho(SEESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), considerando o número total de trabalhadores nos serviços, para o fiel cumprimento da legislação em vigor.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- s) Comunicar ao preposto da CONTRATANTE, conforme o caso requeira, sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego, que impliquem na alteração de itinerários e horários;
- t) Arcar com as despesas relativas à troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos e lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto sob o contrato.
- u) Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.
- v) Substituir, de imediato e de forma automática, os veículos que não estejam enquadrados conforme especificado no Código de Trânsito Brasileiro.
- w) Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de albaroamento, reparos mecânicos, má conservação, sem condições de segurança, higiene ou limpeza. A CONTRATANTE poderá inspecionar regularmente os veículos e, se constatar alguma irregularidade, notificará a CONTRATADA.
- x) Substituir o veículo, quando solicitado por escrito pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 01(um) dia útil, a partir do recebimento da notificação.
- y) Selecionar e preparar rigorosamente seus empregados que irão prestar os serviços encaminhando à CONTRATANTE os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho e que tenham experiência mínima comprovada de 01(um) ano e monitores com curso na área;
- z) Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com o pessoal da CONTRATANTE, observando o controle do regimento do trabalho de descanso dos motoristas, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental.
- aa) Não permitir que qualquer motoristas se apresente ao serviço com sinais de embriagues ou sob efeito de substância tóxica.
- bb) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.
- cc) Providenciar treinamento e reciclagens necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.
- dd) Manter controle de frequência/pontualidade, de seus empregados.
- ee) Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetidos previamente à aprovação da CONTRATANTE. Os custos de qualquer um desses itens de uniforme e equipamentos não poderão ser repassados aos seus empregados.
- ff) Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.
- gg) Atender, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- hh) Comunicar à CONTRATANTE toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços à CONTRATANTE. No caso de substituição ou inclusão, a CONTRATADA anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do CONTRATANTE aceita-los ou não.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- ii) Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, inclusive franquia do seguro completo, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.
- jj) Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente da execução do contrato.
- kk) Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, bem como as tarifas rodoviárias e hidroviárias, durante a execução do contrato.
- ll) Disponibilizar veículos e empregados em quantidade necessária para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- mm) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação.
- nn) Fazer seguro e manter as apólices vigentes dos seguros, contra terceiros e danos pessoais.
- oo) Manter coberto por apólices os seguros legalmente obrigatórios.
- pp) Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar à CONTRATANTE, através do líder ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidade que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.
- qq) Apresentar à CONTRATANTE, quando exigido comprovante de pagamento de salários, apólices de seguros contra acidente de trabalho e apólices de seguro completo e contra terceiros danos pessoais, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da CONTRATANTE, por força deste contrato.
- rr) Comprovar formação técnica e específica dos motoristas dos veículos, através da habilitação e pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.
- ss) Permitir que a administração pública, às custas da contratada, proceda à identificação de cada veículo com adesivo “ESCOLAR”, a marca e o logotipo do Poder Executivo Municipal, conforme as normas vigentes concernentes às políticas de comunicação e marketing institucionais da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora Aparecida/SE
- tt) Para o transporte de Alunos comprovar que o condutor atende às exigências do Capítulo XIII do Código Nacional de Trânsito, artigos 136 a 139.
- uu) Apresentar Certidão Negativa Criminal dos condutores atendendo às exigências do art. 329 do Código Nacional de Trânsito.

A CONTRATADA após a formalização do contrato de trabalho deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias garantia, com validade de 3 meses após o término da vigência contratual da terceirização, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei 8.666/1993, para os serviços continuados com uso intensivo de mão de obra com dedicação exclusiva, com a previsão expressa de que a garantia somente será liberada após a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento de tais verbas trabalhistas aos trabalhadores diretamente pela Administração;

A CONTRATADA após a formalização do contrato de trabalho deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias a previsão de que os valores provisionados para o pagamento das férias, **13º salário**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada sejam depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no artigo 19-A, inciso I, da IN 02 /2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (atual Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), somente sendo liberada para o pagamento dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições: parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13^{os} salários dos empregados vinculados ao contrato, quando devidos; parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, previsto na Constituição, quando dos gozos de férias pelos empregados vinculados ao contrato; parcialmente, pelo valor correspondente aos 13^{os} salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato; ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

A CONTRATADA no momento da assinatura do contrato, apresente uma declaração de autorização da empresa contratada para que a Administração contratante faça a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da contratada, observada a legislação específica

A CONTRATADA após a formalização do contrato de trabalho deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias A CONTRATANTE cópia das contas para depósito bancário em nome do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

A CONTRATADA no momento da assinatura do contrato, apresente uma declaração de autorização da empresa contratada para que a Administração contratante a fazer desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis

O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, enseje a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar na rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei 8.666/1993;

. Em cumprimento às suas obrigações, cabe ao CONTRATANTE:

Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários os serviços.

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos do art.67 da Lei 8.666/93.

Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas.

Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.

Efetuar a fiscalização da execução do objeto nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.



A CONTRATANTE deverá requisitar com antecedência de 48(quarenta e oito) horas os veículos solicitados pelas Unidades, quando necessário.

A CONTRATANTE verificará quando houver rescisão contratual se o pagamento pela contratada das

verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados noutras atividades de prestação de serviços a cargo da contratada, que não impliquem no término da relação;

h) A CONTRATANTE verificará a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença acarrete o pagamento dos respectivos adicionais aos empregados, atentando que tais condições obrigam a empresa terceirizada a implantar Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) ou, na impossibilidade de tal implantação, a fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) previstos

Equipamentos de Proteção Individual (EPI) previstos na lei e nas Normas Regulamentares (NR) do Ministério do Trabalho, tudo em sintonia com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), este último produzido de acordo com a NR-9;

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS

8.1. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado na prestação de serviços;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo



diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO.

- 10.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- I. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, mediante notificação, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato.
 - II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, e judicial, nos termos da legislação.
 - III. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 10.4. De conformidade com o §2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito à devolução de garantia; aos pagamentos devidos pela execução d contrato até a data da rescisão; e ao pagamento do custo de desmobilização.
- 10.5. A rescisão poderá acarretar consequências imediatas a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do **Pregão Eletrônico** que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93 e 10.520/2002;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Competirá à Secretaria Municipal de Educação, por meio do Fiscal do Contrato designado por Portaria, proceder à fiscalização, atesto, avaliação e dirimir as dúvidas que surgirem no curso de execução e que a tudo lhe dará ciência.

13.2. A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

13.3. A fiscalização da CONTRATANTE não permitirá que o motorista execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

13.4. À CONTRATANTE é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos, que não se apresentem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições, durante o contrato, deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior ao estipulado sem acréscimo de valor à CONTRATANTE.

13.5 Não havendo a substituição solicitada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará sujeita as penalidades previstas.

13.6. Aplicam-se, subsidiariamente a esta Cláusula, as disposições constantes da seção IV, do Capítulo III da Lei nº 8.666/93.

13.7. Na forma do que dispõe do artigo 67 da Lei 8.666/93, a Secretaria Municipal de Educação designará Fiscal de Contrato com a incumbência de certificar que os veículos disponibilizados, pela CONTRATADA, atendem aos requisitos dispostos neste termo de referência e a regularidade na prestação de serviço.

CONFORME Ação Civil Pública Cível - 0000118-47.2020.5.20.0016.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



A CONTRATADA deverá fazer a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, no mínimo, as seguintes comprovações: prova de regularidade perante a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, § 3º, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual; depósito do FGTS referente ao mês a que se refere a fatura a ser liquidada, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento convocatório; pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês a que se refere a fatura a ser liquidada; fornecimento de vale transporte e auxílio-alimentação quando cabível; pagamento do 13º salário; concessão de férias e pagamento do correspondente adicional, na forma da lei; realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso; realização de cursos de reciclagem que forem exigidos por lei; comprovação de encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como RAIS e CAGED, aos órgãos e entidades competentes; cumprimento das obrigações contidas em convenções e acordos coletivos ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; cumprimento das demais obrigações previstas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato; no caso de sociedades tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público – OSCIPs e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento e eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Será admitida a subcontratação em até 20% (vinte por cento) do objeto do contrato, mediante anuência da Contratante.
- 14.2. No pedido de autorização para subcontratar parcela do objeto, o contratado deve indicar, de forma precisa e detalhada: o(s) subcontratados e quais parcelas do objeto serão transferidas.
- 14.3. O responsável pelo deferimento ou não do pedido de subcontratação é a autoridade da Secretaria Municipal de Educação, signatária do instrumento contratual.
- 14.4. O responsável pela fiscalização do contrato deverá ser comunicado prontamente no caso de deferimento da subcontratação para que possa exercer plenamente suas atribuições.
- 14.5. São inafastáveis as responsabilidades contratuais e legais do contratado, que permanecerá, perante a Secretaria Municipal de Educação, totalmente responsável pela execução do objeto contratado, sob qualquer aspecto focado, não podendo em nenhuma hipótese elidir sua responsabilidade alegando subcontratação.
- 14.6. A subcontratação será formalizada, pelo contratado junto ao subcontratado, por instrumento independente, após prévia e expressa anuência do Contratante.
- 14.7. As regras estabelecidas entre o contratado e o subcontratado não modificarão as obrigações contratuais e legais entre a Secretaria Municipal de Educação e o contratado, sendo nula qualquer cláusula que, por ventura, disponha de forma contrária, transferindo ou isentando responsabilidades do contratado.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- 14.8. Os pagamentos continuarão sendo efetuados ao contratado e nunca diretamente ao subcontratado.
- 14.9. As especificações dos veículos previstas neste termo aplicam-se, também, aos veículos subcontratados.
- 14.10. A Contratada não poderá subcontratar o objeto do contrato das demais empresas participantes concorrentes no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Ribeirópolis, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora Aparecida/SE, 04 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA/SE
JEANE DE JESUS BARRETO
CONTRATANTE

RC TRANSPORTES, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ sob o nº. 33.718.522/0001-82
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - _____
CPF

II - _____
CPF